



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORDESTE MINEIRO LTDA - SICOOB CREDICENN
CNPJ Nº. 02.173.447/0001-98 - NIRE 3140002197/3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,
Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2016 da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Nordeste Mineiro – LTDA. – SICOOB CREDICENN**, na forma da Legislação em vigor. **1. Política Operacional** - Em janeiro 2016 o SICOOB CREDICENN completou 19 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos. **2. Avaliação de Resultados** - No exercício de 2016, o SICOOB CREDICENN obteve um resultado de R\$ 2.003.200,96 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 15,26%. **3. Ativos** - Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 42.297.749,04. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 32.729.055,74. A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Empréstimos e Títulos Descontados	R\$31.655.730,54	96,40%
Carteira Rural	R\$734.162,43	2,25%
Financiamento	R\$339.152,77	1,05%

4. Captação - As captações, no total de R\$ 64.369.380,60, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 80%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$13.326.717,32	21,05%
Depósitos a Prazo	R\$51.042.663,28	79,05%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 16,78% da captação, no montante de R\$10.634.668,62.

5. Patrimônio de Referência - O Patrimônio de Referência do SICOOB Credicenn era de R\$ 13.115.566,10. O quadro de associados era composto por 13.574 Cooperados, havendo um acréscimo de 13,28% em relação ao mesmo período do exercício anterior. **6. Política de Crédito** - A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a

Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações. O SICOOB CREDICENN adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 97,78% nos níveis de "A" a "C". **7. Governança Corporativa** - Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão. Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão. A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia. A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMG, que, por sua vez, faz as auditorias internas. Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa. Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central. Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral. A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional. Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição. **8. Conselho Fiscal** - Eleito na AGO,

com mandato até a AGO de 2019, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. No exercício de 2016, todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMG, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las. **9. Código de Ética** - Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDICENN aderiram, em 30/11/2012, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso. **10. Sistema de Ouvidoria** - A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes. No exercício de 2016, a Ouvidoria do SICOOB CREDICENN registrou 07 manifestação de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito. Das reclamações 4 foram considerada procedente e resolvida dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. **11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop** - De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou

resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros. As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014. Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecemos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Guanhães/MG 31 de janeiro de 2017.

Carla Maria Gonçalves Correa Generoso Diretora Administrativa e de Desenvolvimento	
Geraldo Wagner Viana Cabral Diretor de Relações Sociais	Dilma Miranda Leal Cardoso Diretora Financeira e de Coordenação
Geraldo Antônio Magalhães Conselho Administração	Arleus Souza Magalhães Conselho Administração
Sávio Coelho de Almeida Conselho Administração	Ramon Lúcio Magalhães Conselho Administração

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORDESTE MINEIRO LTDA - SICOOB CREDICENN BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2016 E 2015					
		Em Reais			
ATIVO		31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO	
Circulante		66.241.185,46	53.134.344,76	Circulante	
<u>Disponibilidades</u>		2.213.240,07	2.520.809,00	<u>Depósitos (Nota 11)</u>	
<u>Relações Interfinanceiras (Nota 03)</u>		42.297.749,04	26.961.474,19	Depósitos à Vista	
Centralização Financeira - Cooperativas		42.297.749,04	26.961.474,19	Depósitos a Prazo	
<u>Operações de Crédito (Nota 04)</u>		20.521.575,30	22.125.837,22		
Operações de Crédito		21.301.296,79	22.612.280,40	<u>Outras Obrigações (Nota 13)</u>	
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(779.721,49)	(486.443,18)	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemealhados	
<u>Outros Créditos (Nota 05)</u>		1.098.848,77	695.429,68		
Avalis e Fianças Honoradas		68.887,45	26.456,03	Sociais e Estatutárias	
Rendas a Receber		560.263,28	378.684,90	Fiscais e Previdenciárias	
Diversos		541.893,77	308.698,04	Diversas	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(72.195,73)	(18.409,29)	<u>Relações Interfinanceiras (Nota 12)</u>	
<u>Outros Valores e Bens (Nota 06)</u>		109.772,28	830.794,67	Repasse Interfinanceiros	
Outros Valores e Bens		44.700,00	779.816,45	<u>Outras Obrigações (Nota 13)</u>	
Despesas Antecipadas		65.072,28	50.978,22	Diversas	
Realizável a Longo Prazo		11.427.748,95	9.560.537,95	Exigível a Longo Prazo	
<u>Operações de Crédito (Nota 04)</u>		11.427.748,95	9.552.018,47	<u>Relações Interfinanceiras (Nota 12)</u>	
Operações de Crédito		11.427.748,95	9.552.018,47	Repasse Interfinanceiros	
<u>Outros Créditos (Nota 05)</u>		-	8.519,48	<u>Outras Obrigações (Nota 13)</u>	
Diversos		-	8.519,48	Diversas	
Permanente		2.806.022,77	2.383.246,68	Patrimônio Líquido (Nota 15)	
<u>Investimentos (Nota 07)</u>		1.315.153,13	1.201.602,47	<u>Capital Social</u>	
Participações em Cooperativas		1.186.627,42	1.101.708,77	De Domiciliados no País	
Participações em Inst. Financ. Controladas Coop		128.525,71	99.893,70	(Capital a Realizar)	
<u>Imobilizado em Uso (Nota 08)</u>		1.352.979,98	937.360,43	<u>Reserva de Lucros</u>	
Outras Imobilizações de Uso		2.524.719,89	1.823.478,28	<u>Sobras Acumuladas</u>	
(Depreciações Acumuladas)		(1.171.739,91)	(886.117,85)		
<u>Intangível (Nota 09)</u>		137.889,66	171.227,06		
Ativos Intangíveis		484.718,14	473.688,64		
(Amortização Acumulada)		(346.828,48)	(302.461,58)		
<u>Diferido (Nota 10)</u>		-	73.056,72		
Gastos de Organização e Expansão		-	269.973,41		
(Amortização Acumulada)		-	(196.916,69)		
TOTAL DO ATIVO		80.474.957,18	65.078.129,39	TOTAL DO PASSIVO	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015			
		Em Reais	
		Segundo Semestre/2016	31/12/2016
Descriminação		31/12/2016	31/12/2015
RECEITAS/(INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Operações de Crédito	5.066.742,08	10.100.607,33	8.429.127,15
Operações de Venda ou de Transferência	5.066.742,08	10.100.607,33	8.429.127,15
Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-
DESPESAS/(DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Operações de Captação no Mercado	(3.463.464,71)	(6.508.014,74)	(4.740.322,94)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(3.144.218,37)	(5.903.919,97)	(4.461.741,38)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.623,36)	(18.851,63)	(5.732,86)
	(310.622,98)	(585.243,14)	(272.848,70)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
	1.603.277,37	3.592.592,59	3.688.804,21
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS			
Receitas/(Ingressos) de Prestação de Serviços	1.277.412,19	2.482.801,01	1.176.662,73
Rendas/(Ingressos) de Tarifas Bancárias	714.604,96	1.420.138,58	1.726.376,11
Despesas/(Dispêndios) de Pessoal	(2.558.510,10)	(4.843.672,89)	(4.016.803,48)
Outras Despesas/(Dispêndios) Administrativas	(2.528.622,74)	(4.748.592,85)	(4.205.123,15)
Despesas/(Dispêndios) Tributárias	(69.067,91)	(141.653,18)	(132.929,68)
Outras Receitas/(Ingressos) Operacionais	38.841,70	156.228,98	78.163,72
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.482.378,46	4.443.636,17	3.209.924,65
Outras Despesas/(Dispêndios) Operacionais	-	-	(116.039,13)
RESULTADO OPERACIONAL			
	801.031,51	2.044.240,74	1.409.035,98
RESULTADO NÃO OPERACIONAL			
	229.211,28	237.166,27	21.133,89
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES			
	1.030.242,79	2.281.407,01	1.430.169,87
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Provisão para Imposto de Renda	(185.285,66)	(278.206,05)	(123.884,45)
Provisão para Contribuição Social	(105.431,94)	(155.884,55)	(66.107,06)
	(79.853,72)	(122.321,50)	(57.777,39)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO			
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	(728.824,36)	(375.523,82)
Reserva Legal	-	(569.527,29)	(259.178,62)
	-	(159.297,07)	(116.345,20)
LUCRO/PREJUÍZO/(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO			
	844.957,13	1.274.376,60	930.761,60

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORDESTE MINEIRO LTDA - SICOOB CREDICENN é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24/09/1997, filiada à CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SICOOB CENTRAL CECREMG e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. O SICOOB CREDICENN possui Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Virgíniópolis/MG, situado na Félix Gomes, 310, Centro, CEP: 39730-000; Braúmas/MG, situado na Praça José Augusto de Oliveira, 269, Cep: 35.189-000; Dom Joaquim/MG, situado na Rua José Thomaz Neto, 17, CEP: 35865-000; Itamarandiba/MG, situado na Rua Padre João Afonso, 112, Centro, CEP: 39670-000; Peçanha/MG, situado na Rua Horacio Freitas, 74 Centro, CEP: 39700-000; Santa Maria do Suaçuí/MG, situado na Rua Serafim Peixoto, 67, CEP: 39780-000; Sabinópolis/MG, situado na Praça Monsenhor Amantino, 27 Centro, CEP: 39750-000; São Sebastião do Maranhão/MG, R. Cônego Lafaiete, 988, Centro, CEP: 39.795-000; Serro/MG, situado na R. Antônio Honório Pires, 118-E, Centro, CEP: 39.150-000; Conceição do Mato Dentro/MG situado na Av. Jk, 493, Centro, CEP: 35.860-000 Rio Vermelho, Praça Nossa Senhora da Pena, 175 - Centro, CEP: 39.170-000. O SICOOB CREDICENN tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade: (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados; (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1. Apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pelo conselho de administração em 26/01/2017. Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, - Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015			
		Em Reais	
DESCRIÇÃO	Segundo Semestre/2016	31/12/2016	31/12/2015
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício	1.030.242,79	2.281.407,01	1.430.169,87
IRPJ / CSLL	(185.285,66)	(278.206,05)	(123.884,45)
Provisão para Operações de Crédito	199.553,11	293.278,31	(70.584,53)
Provisão de Juros ao Capital	164.515,19	309.141,81	240.468,19
Depreciações e Amortizações	1.209.025,43	2.605.621,08	1.476.169,08
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito	(10.145,19)	(564.746,87)	(7.211.597,96)
Outros Créditos	(212.032,60)	(394.899,61)	(189.221,48)
Outros Valores e Bens	677.416,27	721.022,39	(724.956,52)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista	1.156.070,83	3.272.610,29	1.523.499,83
Depósitos sob Aviso			
Depósitos a Prazo	5.344.088,80	9.424.540,75	9.530.031,04
Outras Obrigações	1.254.292,84	1.212.514,40	284.100,03
Relações Interdependências	(410,74)		
Relações Interfinanceiras	(123.480,34)	(136.862,10)	(135.396,29)
Obrigações por Empréstimos e Repasses			
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais			
	9.294.825,30	16.139.800,33	4.552.627,73
Atividades de Investimentos			
Aplicação no Intangível		(15.129,00)	(12.034,61)
Investções em Imobilizado de Uso	(260.334,60)	(620.489,77)	(169.235,19)
Investções em Investimentos	(16.972,88)	(113.550,66)	(556.450,30)
Outros Ajustes	17.251,53	17.251,53	17.612,97
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos			
	(260.055,95)	(731.917,90)	(720.107,27)
Atividades de Financiamentos			
Reversão de outros fundos			
Aumento por novos aportes de Capital	724.566,98	1.444.631,94	1.953.622,29
Devolução de Capital à Cooperados	(529.055,38)	(1.188.789,44)	(878.556,82)
Estorno de Capital	(100,00)	(100,00)	-
Destinação de Sobras			
Exercício Anterior Ao FATES		(65.391,72)	
FATES - Resultado de Atois Não Cooperativos	(410.230,22)	(410.230,22)	(142.833,42)
FATES Sobras Exercício	(159.297,07)	(159.297,07)	(116.345,20)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos			
	(374.115,69)	(379.176,51)	815.886,85
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades			
	8.660.653,66	15.028.705,92	4.648.407,31
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	35.850.335,45	29.482.283,19	24.833.875,88
No Fim do Período	44.510.989,11	44.510.989,11	29.482.283,19
Variação Líquida das Disponibilidades	8.660.653,66	15.028.705,92	4.648.407,31
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			

encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis. **l) Demais ativos e passivos** São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **m) Provisões** São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **n) Passivos contingentes** São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas. **o) Obrigações legais** São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz. **p) Imposto de renda e contribuição social** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999). **q) Segregação em circulante e não circulante** Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante). **r) Valor recuperável de ativos – impairment** A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. **s) Eventos subsequentes** Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por: • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

3. Relações interfinanceiras - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira - Cooperativas	42.297.749,04	26.961.474,19
TOTAL	42.297.749,04	26.961.474,19

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

4. Operações de crédito a) **Composição da carteira de crédito por modalidade:**

	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos a Depositantes	105.313,44	78.654,92
Empréstimos	26.115.422,15	22.705.292,95
Títulos Descontados	5.434.994,95	8.453.200,55
Financiamentos	339.152,77	465.512,76
Financ Rurais - Aplic Repassadas Refinanciadas	734.162,43	461.637,69
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-779.721,49	-486.443,18
TOTAL	31.949.324,25	31.677.855,69

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial/ Conta Garantida	Financia-mentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
AA - Normal	1.601.378,10	0,00	0,00	140.744,82	1.742.122,92	2.361.914,17		
A 0,5% Normal	16.723.531,74	390.247,96	305.022,37	537.592,00	17.956.394,07	89.781,97	20.745.042,48	103.725,21
B 1% Normal	5.386.114,44	3.575.867,99	18.048,47	55.825,61	9.035.856,51	90.358,57	7.470.901,44	74.709,01
B 1% Vencidas	1.231.765,78	110,82	4.193,92	0,00	1.236.070,52	12.360,71	212.780,28	2.127,80
C 3% Normal	569.781,05	161.145,47	11.888,01	0,00	742.814,53	22.284,44	496.448,62	14.893,24
C 3% Vencidas	691.478,79	11.663,62	0,00	0,00	703.142,41	21.094,27	158.567,44	4.757,02
D 10% Normal	295.808,5	165.192,41	0,00	0,00	461.000,91	46.100,09	167.093,77	16.709,38
D 10% Vencidas	151.858,14	2.253,35	0,00	0,00	154.111,49	15.411,15	97.738,01	9.773,80
E 30% Normal	136.783,12	52.065,56	0,00	0,00	188.848,68	56.654,60	165.134,85	49.540,45
E 30% Vencidas	245.022,58	6.634,51	0,00	0,00	251.657,09	75.497,13	20.461,26	6.138,37
F 50% Normal	17.406,06	33.203,63	0,00	0,00	50.609,69	25.304,85	39.426,18	19.713,09
F 50% Vencidas	62.098,50	6.777,27	0,00	0,00	68.875,77	34.437,89	81.696,90	40.848,45
G 70% Normal	44.979,01	4.054,12	0,00	0,00	49.033,13	34.323,19	1.219,10	853,37
G 70% Vencidas	31.061,74	7.305,60	0,00	0,00	38.367,34	26.857,14	10.734,58	7.514,20
H 100% Normal	21.703,98	48.807,35	0,00	0,00	70.511,33	70.511,33	47.699,73	47.699,73
H 100% Vencidas	207.877,16	23.062,17	0,00	0,00	230.939,33	230.939,33	87.440,06	87.440,06
Total Normal	24.797.486,00	4.430.584,49	334.958,85	734.162,43	30.297.191,77	435.319,04	31.494.880,34	327.843,48
Total Vencidos	2.621.162,69	57.807,34	4.193,92	0,00	2.683.163,95	416.597,62	669.418,53	158.599,70
Total Geral	27.418.648,69	4.488.391,83	339.152,77	734.162,43	32.980.355,72	851.916,66	32.164.298,87	486.443,18
Provisões	669.504,58	177.061,67	2.104,18	3.246,22	851.916,66		486.443,18	
Total Líquido	26.749.144,11	4.311.330,16	337.048,59	730.916,21	32.128.439,08		31.677.855,59	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	3.212.890,54	7.516.978,74	11.061.044,05	21.790.913,33
Títulos Descontados	5.243.556,18	191.438,77	0,00	5.434.994,95
Financiamentos	45.564,18	112.043,69	181.544,90	339.152,77
Financiamentos Rurais	216.078,00	332.924,43	185.160,00	734.162,43
TOTAL	8.718.088,90	8.153.385,63	11.427.748,95	28.299.223,48

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo /Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2016	% da Carteira
Sector Privado - Comércio	1.562.272,28	4.804.962,65	2.101.284,23	0,00	8.468.519,16	26%
Sector Privado - Indústria	70.542,95	476.922,38	303.719,64	0,00	851.184,97	3%
Sector Privado - Serviços	939.021,39	5.557.418,10	1.031.756,49	0,00	7.528.195,98	23%
Pessoa Física	1.860.070,38	11.004.242,21	1.969.625,67	734.162,43	15.568.100,69	47%
Outros	56.484,83	294.681,83	28.608,92	0,00	379.775,58	1%
TOTAL	4.488.391,83	22.138.227,17	5.434.994,95	734.162,43	32.795.776,38	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	486.443,18	576.402,39
Constituições / Reversões	530.729,61	234.145,72
Transferência para prejuízo	(237.451,30)	(324.104,93)
TOTAL	779.721,49	486.443,18

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	427.385,03	1,00%	73.193,31	0,00%
10 Maiores Devedores	3.241.446,92	10,00%	456.313,38	1,00%
50 Maiores Devedores	9.435.908,84	29,00%	1.405.519,64	4,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	1.428.809,94	1.182.891,34
Valor das operações transferidas no período	237.451,30	324.104,93
Valor das operações recuperadas no período (f)	(22.905,80)	(78.186,33)
TOTAL	1.643.355,44	1.428.809,94

5. Outros créditos Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Avais E Fianças Honorados	68.887,45	26.456,03
Rendas A Receber (a)	560.263,28	378.684,90
Diversos (b)	541.893,77	317.217,52
(-) Provisões Para Outros Créditos	-72.195,73	-18.409,29
TOTAL	1.098.848,77	703.949,16

a) Em Rendas a Receber estão registrados: receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CECREMGE R\$449.573,28; rendas a receber da previdência social – INSS R\$2.159,51; convênios R\$46.207,94; cartões R\$54.781,57; domicílio bancário R\$5.997,28 outros rendas a receber R\$1.543,70.

b) Refere-se a adiantamento de férias R\$17.716,18; fundo fixo R\$7,13; imóveis não de uso próprio R\$182.422,53; interposição de recurso trabalhista R\$7.758,97; outros impostos e contribuições a compensar R\$195.049,76; título de crédito a receber R\$61.370,54; devedores diversos R\$77.568,66.

6. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bens Não de Uso Próprio (a)	44.700,00	779.816,45
Despesas Antecipadas (a)	65.072,28	50.978,22
TOTAL	109.772,28	830.794,67

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente a bens recebidos como doação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referente a prêmios de seguros.

7. Investimentos O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Participações em cooperativa central de crédito	1.186.627,42	1.101.708,77
Participações inst financ controlada coop crédito	128.525,71	99.893,70
TOTAL	1.315.153,13	1.201.602,47

8. Imobilização de uso Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
Edificações	164.663,45	0,00	10%
Instalações	175.494,90	120.880,99	10%
Móveis e equipamentos de Uso	767.982,68	596.493,40	10%
Sistema de Comunicação	33.487,52	31.382,81	10%
Sistema de Processamento de Dados	989.666,77	799.822,18	20%
Sistema de Segurança	363.934,57	245.408,90	10%
Sistema de Transporte	29.490,00	29.490,00	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	-1.171.739,91	-886.117,85	
TOTAL	1.352.979,98	937.360,43	

9. Intangível Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis	484.718,14	473.688,64
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	-346.828,48	-302.461,58
TOTAL	137.889,66	171.227,06

O valor registrado na rubrica "Intangível", refere-se a 11 licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquirida em julho 2009, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiais (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR. **10. Diferido** Nesta rubrica registram-se as benfitorias realizadas nas propriedades de terceiros, substancialmente, instalações e reforma de Pas.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Gastos em Imóveis de Terceiros	0,00	269.791,24
Gastos com Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	0,00	182,17
(-) Amortização Acumulada do Diferido	0,00	-196.916,69
TOTAL	0,00	73.056,72

11. Depósitos Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade. Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo a valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	13.326.717,32	10.054.107,03
Depósito a Prazo	51.042.663,28	41.618.122,53
TOTAL	64.369.380,60	51.672.229,56

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantido pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Depositante	1.149.645,43	2,00%	357.542,32	1,00%
10 Maiores Depositantes	7.711.823,36	12,00%	1.685.113,74	3,00%
50 Maiores Depositantes	16.535.690,67	26,00%	3.893.958,66	8,00%

12. Obrigações por empréstimos e repasses São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados

junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2016	31/12/2015
REPASSES INTERFINANCEIROS	9.5% a.a + TR	Diversos	324.776,92	461.639,02
TOTAL			324.776,92	461.639,02

13. Outras Obrigações
13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado De Atos Com Não Associados (a)	159.297,07	116.345,20
Resultado de Atos Com Associados (a)	410.274,43	231.569,33
Cotas De Capital A Pagar (b)	56.010,40	26.384,65
TOTAL	625.581,90	374.299,18

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para impostos e contribuições/lucros	140.146,63	40.362,59
Impostos e contribuições a recolher	175.552,66	139.075,79
Provisão Para Riscos Fiscais	0,00	526,65
TOTAL	315.699,29	179.965,03

13.3 Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Cheques Administrativos (a)	890.384,28	2.791,23
Obrigações Por Aquisição De Bens E Direitos	689,72	26.130,00
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento	41.632,20	37.293,41
Provisão Para Pagamentos A Efetuar	611.978,92	556.290,84
Provisão Para Passivos Contingentes (b)	80.878,11	70.691,50
Credores Diversos - País	77.588,05	180.439,74
TOTAL	1.703.151,28	873.636,72

(a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2016.

(b) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com Interposições Fiscais e Trabalhistas e Garantias Prestadas:

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição De Outros Recursos Fiscais		0,00		915,91
Para Interposição De Recursos Trabalhistas	57.023,14	7.758,97	56.867,74	7.603,57
	0,00		915,91	
TOTAL	57.023,14	7.758,97	57.783,65	8.519,48

20. Coobrigações e riscos em garantias prestadas Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$2.961.402,61, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

21. Seguros contratados – Não auditado A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22. Índice de Basiléia As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/13, compatível com os riscos de suas atividades. O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2016

Guanhães - MG, 26 de janeiro de 2017.

Carla Maria Gonçalves Correa Generoso
Diretora Administrativa e de Desenvolvimento

Dilma Miranda Leal Cardoso
Diretora Financeira e de Coordenação

Geraldo Wagner Viana Cabral
Diretor de Relações Sociais

Vera Cardoso Nunes
Contadora – CRC MG105273/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Nordeste Mineiro Ltda. - SICOOB CREDICENM**, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e o Balanço Patrimonial da Cooperativa, relativos ao **exercício findo de 31 de dezembro de 2016**, em conjunto com as Demonstrações do Resultado do Exercício, dos Fluxos de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Contábeis. À vista das verificações realizadas mensalmente nos balancetes da Cooperativa e das análises sobre os critérios adotados, bem como baseado no parecer dos Auditores Externos, são de parecer que o referido Relatório da Administração e o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis que o acompanham refletem com fidelidade a situação patrimonial e econômico-financeira da

Sociedade, naquela data, estando portanto, em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Associados.

Guanhães, 27 de março de 2017.

Rodrigo Aredes Costa
Conselheiro Fiscal Efetivo

João Paulo Furbino dos Santos
Conselheiro Fiscal Efetivo

Pedro Antonio de Oliveira Peixoto
Conselheiro Fiscal Efetivo

Antonio João Pimenta Lopes
Conselheiro Fiscal Suplente

Luciana Coelho de Oliveira
Conselheiro Fiscal Suplente

Célio Augusto da Silva
Conselheiro Fiscal Suplente

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORDESTE MINEIRO LTDA. - SICOOB CREDICENM Guanhães/MG

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Nordeste Mineiro Ltda. - SICOOB CREDICENM, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Nordeste Mineiro Ltda. - SICOOB CREDICENM em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em

conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considera r se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante n o Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adota das no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as

demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejam os e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações for em inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 21 de março de 2017.

CNAC
Controladoria Nacional de Auditoria e Contabilidade

Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG – 090.766/O-4
CNAI 2.994

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG

Processo n.º 024/2017 – Pregão n.º 017/2017 - Prestação de serviços médicos com especialização em realização de exames de ultrassom, e de consultas medicas na especialidade de ginecologia. Data: 09:00 horas dia 20/04/2014. Informações telefex: 0xx38-3756-1213 - e-mail: licitacao@buenopolis.mg.gov.br- CPL.

Célio Santana - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Referente ao **Processo Licitatório N.º 030/2017, Pregão Presencial N.º 011/2017 – Contratação de empresa para locação de equipamentos de laboratório e fornecimento de reagentes**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, a Pregoeira e Equipe de Apoio informam que foi NEGADO PROVIMENTO ao recurso apresentado pela empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda. pelas razões e fundamentos constantes na “ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA e decidem por declarar vencedora a empresa Labinbraz Comercial Ltda referente ao lote 02. São Gonçalo do Rio Abaixo 04 de abril de 2017. – Antônio Carlos Noronha Bicalho – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO/MG

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO N.º 026/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 038/2017 – A Administração Municipal de Visconde do Rio Branco, através do seu Pregoeiro, torna público que fará licitação na modalidade Pregão, visando à seleção de empresa(s) especializada(s) no ramo para composição do Quadro Geral de Registro de Preços para a aquisição de Materiais Escolares, de Expediente, visando aquisição de Materiais Escolares e de Expediente, destinados à distribuição gratuita aos alunos carentes da rede municipal de Ensino Fundamental, Creches Municipais e para manutenção das atividades e abastecimento das diversas Secretarias Municipais. (Ver maiores especificações no Edital) – Entrega de propostas, documentação e credenciais até o **25/04/2017 às 09 h, quando será dado início aos trabalhos. Cópia do edital já se encontra disponível para os interessados, à Praça 28 de Setembro, Centro, ou pelo site: www.viscondedoriobranco.mg.gov.br. Informações pelo Tel: (32) 3559-1911. (Ass.) Elivander Gonçalves Medeiros – Pregoeiro.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS/MG

Av. Cula Mangabeira, 211 – telefone – 0xx-38-3229-3020 – fax – 0xx-38-3229-3182 CEP - 39.041-002 - Montes Claros – MG

EXTRATO Nº 0023/2017 Pregões

Contratos: Contrato n.º P000417-01 Processo n.º 0004/2017 - Pregão Eletrônico n.º 0004/2017. **Objeto:** Aquisição de Gêneros Alimentícios (Hortifrutigranjeiros, Pães e Bolos) para Alimentação Escolar referente ao ano de 2017, atendendo à demanda da Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros/MG. **Contratado: C&A INDUSTRIA E COMERCIO ALIMENTOS LTDA - EPP – Valor: R\$ 2.127.566,78 (Dois milhões, cento e vinte e sete mil, quinhentos e sessenta e seis reais e setenta e oito centavos).** **Vigência:** O presente contrato vigorará até 31/12/2017, **tendo como termo inicial a assinatura do contrato.** Contrato assinado em 27/03/2017.

Contrato n.º P000417-02 Processo n.º 0004/2017 - Pregão Eletrônico n.º 0004/2017. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Hortifrutigranjeiros, Pães e Bolos) para Alimentação Escolar referente ao ano de 2017, atendendo à demanda da Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros/MG. **Contratado: GRACIELE GONÇALVES PEREIRA - ME – Valor: R\$ 1.805.669,33 (Hum milhão, oitocentos e cinco mil, seiscentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavos)** **Vigência:** O presente contrato vigorará até 31/12/2017, **tendo como termo inicial a assinatura do contrato.** Contrato assinado em 24/03/2017.

Contrato n.º P000417-03 Processo n.º 0004/2017 - Pregão Eletrônico n.º 0004/2017. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Hortifrutigranjeiros, Pães e Bolos) para Alimentação Escolar referente ao ano de 2017, atendendo à demanda da Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros/MG. **Contratado: ENI MARIA DE FREITAS – ME – Valor: R\$ 1.033.002,35 (Hum milhão, trinta e três mil, dois reais e trinta e cinco centavos)** **Vigência:** O presente contrato vigorará até 31/12/2017, **tendo como termo inicial a assinatura do contrato.** Contrato assinado em 27/03/2017.

Contrato n.º P000417-04 Processo n.º 0004/2017 - Pregão Eletrônico n.º 0004/2017. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Hortifrutigranjeiros, Pães e Bolos) para Alimentação Escolar referente ao ano de 2017, atendendo à demanda da Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros/MG. **Contratado: SACOLÃO AVENIDA DE MONTES CLAROS LTDA – ME – Valor: R\$ 4.882.213,90 (Quatro milhões, oitocentos e oitenta e dois mil duzentos e treze reais e noventa centavos).** **Vigência:** O presente contrato vigorará até 31/12/2017, **tendo como termo inicial a assinatura do contrato.** Contrato assinado em 24/03/2017.

Montes Claros, 03 de abril de 2017
Odilon da Paixão Maia - Diretor de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

Através de seu presidente, torna público os contratos: n.º007/17 , celebrados entre a Câmara Municipal e a LGM Assessoria e Consultoria Ltda-Me. Objeto: Prestação de Serviços Contábeis, Valor global: R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais). Vigência: 03/04/17 a 31/12/17 e contrato n.º 008/17, celebrado com a Sintese Tecnologia e Informática Ltda., Objeto: Fornecimento de Software, Valor global: R\$ 8.280,00 (oito mil duzentos e oitenta reais). Vigência: 03/04/17 a 31/12/17. São Romão-MG, 03 de Abril de 2017. Emilio Carlos Valadares Meireles-Presidente da Câmara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO/MG

Torna público que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preço n.º 02/2017, tipo menor preço. Objeto: “Contratação de empresa para elaboração e aprovação de projeto executivo junto CEMIG e fornecimento de material e mão de obra para instalação de braços e luminárias na rede pública de energia em diversos logradouros do Município”. Entrega dos envelopes em até 25/04/2017, às 09:00 h. Edital disponível pelo website: www.sarzedo.mg.gov.br.

Sarzedo, 04 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Licitação –Pregão n.º 026/2017 – Processo n.º 0112/2017. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão n.º 026/2017 – Contratação de empresa para locação de concentradores de oxigênio para pacientes e usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. Data e horário da sessão: 24/04/2017, às 14:00 horas. O edital completo encontra – se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br.

João Carlos Cabral de Almeida
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Licitação –Pregão n.º 027/2017 – Processo n.º 0113/2017. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão n.º 027/2017 – REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MARMITEX E OUTRO GENERO ALIMENTICIOS. Data e horário da sessão: 25/04/2017, às 13:00 horas. O edital completo encontra – se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br.

João Carlos Cabral de Almeida
Prefeito Municipal.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE PONTE NOVA E REGIÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente edital, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Ponte Nova e Região, localizado na Rua Presidente Antonio Carlos, 208, Centro, Ponte Nova/MG, CNPJ: 16.878.753 / 0001-34, por seu representante legal, Sr. José Carlos Barbosa Silva, CPF: 280.026.796-87, PIS: 107 623 5570 8, convoca todos os integrantes da categoria dos trabalhadores empregados em Estabelecimentos Bancários, Empresas de Crédito, Financiamento, Investimentos e, em empresas de prestação de serviços bancários, sócios e não sócios, da ativa e aposentados, na cidade de **Ponte Nova** (base territorial de representação sindical constante no CNAES), para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada no dia 25 de abril de 2017, às 18:00 horas, na sede da entidade, em primeira convocação, com o quórum legal, ou às 19:00 horas, em segunda convocação, no mesmo dia e local, com qualquer número de presentes. **Convoco, ainda**, para participarem da mesma **ASSEMBLEIA** a categoria dos trabalhadores empregados em Estabelecimentos Bancários, Empresas de Crédito, Financiamento, Investimentos e, em empresas de prestação de serviços bancários, sócios e não sócios, da ativa e aposentados, localizados nos seguintes municípios: (Abre Campo, Acaíaca, Araponga, Bela Vista de Minas, Brás Pires, Canaã, Catas Altas, Cipotânea, Coimbra, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Guaraciaba, Itaverava, Jequeri, Matipó, Paula Cândido, Piedade de Ponte Nova, Piranga, Porto Firme, Presidente Bernardes, Raul Soares, Rio Casca, Santa Cruz do Escalvado, Santa Margarida, Santo Antônio do Gramma, São Geraldo, São Gonçalo do Rio Abaixo, São José do Goiabál, São Miguel do Anta, São Pedro dos Ferros, Senador Firmino, Senhora de Oliveira, Teixeira, Uruçânia, Viçosa e Visconde do Rio Branco), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Alteração Estatutária: Extensão de Base Territorial e de categoria sendo a representação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Ponte Nova e Região para os seguintes municípios do Estado de Minas Gerais: (Abre Campo, Acaíaca, Araponga, Bela Vista de Minas, Brás Pires, Canaã, Catas Altas, Cipotânea, Coimbra, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Guaraciaba, Itaverava, Jequeri, Matipó, Paula Cândido, Piedade de Ponte Nova, Piranga, Porto Firme, Presidente Bernardes, Raul Soares, Rio Casca, Santa Cruz do Escalvado, Santa Margarida, Santo Antônio do Grama, São Geraldo, São Gonçalo do Rio Abaixo, São José do Goiabál, São Miguel do Anta, São Pedro dos Ferros, Senador Firmino, Senhora de Oliveira, Teixeira, Uruçânia, Viçosa e Visconde do Rio Branco), e a fim de que o mesmo passe a ser representante de coordenador legal da categoria profissional dos empregados em bancos, casas bancárias, sociedade de crédito, financiamento e investimento e, em empresas de prestação de serviços bancários. Na presente assembleia poderão votar todos os trabalhadores ativos e aposentados das respectivas classes mencionadas; 2) Ratificação da eleição, apuração dos votos e posse da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes, realizadas em 31/03/2016 e 13/05/2016, respectivamente; 3) encaminhamentos gerais.

Ponte Nova, 04 de abril de 2017. José Carlos Barbosa Silva – Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO. O Município de Nova Lima torna público que fará realizar a Licitação **Chamada Pública n.º 002/2017 – Processo Administrativo n.º 058/2017.** Objeto: seleção de empresa do ramo da construção civil para construção de empreendimento imobiliário (habitação de interesse social) em razão do programa Minha Casa Minha Vida, conforme a Lei Federal nº 11.977 de 07 de julho de 2009, em área onerosa no Município de Nova Lima. Data para entrega dos envelopes: 08/05/2017 até as 12:00h. Abertura: 08/05/2017 às 13:30h. O Edital estará disponível a partir do dia 07 de abril de 2017 no site www.novalima.mg.gov.br e no Departamento de Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Lima. Nova Lima, 14 de março de 2017. Vítor Penido de Barros – Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Nova Lima, torna público, que fará realizar a Licitação Tomada de Preços – Tipo Técnica e Pregão Global n.º 002/2017 – Processo Administrativo n.º 020/2017. Objeto: **Contratação de escritório de Advocacia para prestação de serviço técnico profissional especializado na defesa dos interesses do Município de Nova Lima em processos judiciais e administrativos, objetivando assegurar e salvaguardar o interesse municipal no período de sua vigência**, a abertura dar-se a no dia 05/05/2017 às 14:30 h na Rua Bias Fortes nº 62-2º andar, centro – Nova Lima/MG. O Edital estará disponível a partir do dia 04 de abril de 2017 no site www.novalima.mg.gov.br e no setor de Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Lima. Nova Lima, 04 de abril de 2017. Vítor Penido de Barros – Prefeito Municipal.

ITATEXIL INDUSTRIA TEXTIL

LTDA torna público que obteve do Conselho Estadual de Política Ambiental- COPAM, através do processo n.º 05484/2005/002/2006, licença de operação para a atividade de fiação e tecelagem tubular com fibras naturais e sintéticas, sem acabamento, exclusive tricô e crochê, localizada no município de Itabirito –MG, válida por 6 (seis) anos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ - MG

AVISO DE SESSÃO PARA APURAÇÃO DO RESULTADO GERAL DAS PROPOSTAS TÉCNICAS - TOMADA DE PREÇOS 013/2016 - Processo n.º 245/2016. O Município de Guaxupé - MG, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que, após decisão de recurso apresentado pela empresa Hold Comunicação e Serviços Ribeirão Preto Ltda - Epp, realizará no dia 11 de abril de 2017, às 14:00 horas, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Guaxupé, situada na Rua Tiradentes, 19, Centro, Guaxupé, Minas Gerais, sessão pública destinada à NOVA apuração do resultado geral das Propostas Técnicas das empresas participantes da TOMADA DE PREÇOS 013/2016, Processo n.º 245/2016, tipo Técnica e Preço destinada a seleção e contratação de agência especializada para prestação de serviços de publicidade e propaganda junto aos órgãos da administração direta e indireta do Município de Guaxupé - MG. Guaxupé, 04 de abril de 2017. Marco Aurélio Silva Batista - Presidente da Comissão Permanente de Licitação



A ALFENAS AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA LTDA, torna público que obteve da Câmara

de Atividades de Infraestrutura de Transporte, Saneamento e Urbanização – CIF pertencente ao Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, através do processo n.º. 00451/1995/007/2015, a Licença de Operação Corretiva – LOC, concedida com condicionantes, para a atividade de tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos, localizada na Rodovia MG-179, S/N, Km 06, na Zona Rural do município de Alfenas/MG, com validade até 05/08/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO - MG.

Aviso de Pregão 018/2017. Será realizado as 09h00min no dia **19 de abril de 2017**, em sua sede Rua Capitão Luiz Sette, 130, Centro, Santa Cruz do Escalvado, MG, **Processo Licitatório n.º. 036/2017, Pregão Presencial n.º. 018/2017.** Objeto: Contratação de microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP ou equiparadas para fornecimento de materiais de limpeza, produtos higiênicos, utensílios domésticos e descartáveis para atendimento as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificações contidas no edital e anexos, colocados a disposição dos interessados no endereço acima mencionado, no horário de 08h00min as 12h00min e 13h00min as 17h00min e no site www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br Informações pelo telefone (31) 3883 1153. Santa Cruz do Escalvado – MG, 04 de abril de 2017. Sônia Maria Untaler, Prefeita Municipal.